

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

SUMÁRIO

EXAME DE ORDEM 2009.2.....	3
GABARITO.....	4
EXAME DE ORDEM 2009.1.....	5
GABARITO.....	5
EXAME DE ORDEM 2008.3.....	6
GABARITO.....	6
EXAME DE ORDEM 2008.2.....	6
GABARITO.....	8
EXAME DE ORDEM 2008.1.....	8
GABARITO.....	9
EXAME DE ORDEM 2007.3.....	9
GABARITO.....	10
EXAME DE ORDEM 2007.2.....	10
GABARITO.....	11
EXAME DE ORDEM 2007.1.....	11
GABARITO.....	12
EXAME DE ORDEM 2006.3.....	12
GABARITO.....	13
EXAME DE ORDEM 2006.2.....	14
GABARITO.....	15
EXAME DE ORDEM 2006.1.....	15
GABARITO.....	16



INSTITUTO PROCESSUS Editora Ltda.

Todos os direitos autorais desta obra são reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/98. Proibida a reprodução de qualquer parte deste livro, sem autorização prévia expressa por escrito dos autores e da editora, por quaisquer meios empregados, sejam eletrônicos, mecânicos, videográficos, fonográficos, reprográficos, microfilmicos, fotográficos, gráficos ou outros. Essas proibições aplicam-se também à editoração da obra, bem como às suas características gráficas.

Distribuição e Vendas

Águas Claras/Taguatinga

Av. Araucárias n.º 4.400 - ☎ 3562-6343 Ramal 213

Livraria - ☎ 3351-1671

907 Sul

SEPS EQ 708/907, Conjunto “ D” - ☎ 3442-5300

Livraria - ☎ 3242-1102

Atualizada e Revisada pelo autor

www.institutoprocessus.com.br
e-mail: editora@institutoprocessus.com.br

DIREÇÃO GERAL

Prof. Jaci Fernandes de Araújo

DIREÇÃO DE PRODUÇÃO

Profa. Claudine Fernandes de Araújo

FORMATAÇÃO

Junior das C. Souza

EXAME DE ORDEM 2009.2

QUESTÃO 85

Antônio, réu primário, sofreu condenação já transitada em julgado pela prática do crime previsto no art. 273 do CP, consistente na falsificação de produto destinado a fins terapêuticos, praticado em janeiro de 2009.

Em face dessa situação hipotética e com base na legislação e na jurisprudência aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

- A** Antônio cometeu crime hediondo, mas poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional.
- B** Antônio cometeu crime hediondo, de forma que só poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de dois quintos da pena, caso atendidos os demais requisitos legais.
- C** Antônio cometeu crime hediondo e, portanto, não poderá progredir de regime.
- D** Antônio não cometeu crime hediondo e poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada precedida de manifestação do MP e do defensor.

QUESTÃO 86

Em relação à classificação das infrações penais, assinale a opção correta.

- A** Crimes hediondos são os previstos como tal na lei específica, e crimes assemelhados a hediondos são todos aqueles delitos que, embora não estejam previstos como tal na lei, causem repulsa social, por sua gravidade e crueldade.
- B** Crime próprio é sinônimo de crime de mão própria.
- C** Crime unissubsistente é o que se consuma com a simples criação do perigo para o bem jurídico protegido, sem produzir dano efetivo.
- D** No crime comissivo por omissão, o agente responde pelo resultado, e não, pela simples omissão, uma vez que esta é o meio pelo qual o agente produz o resultado.

QUESTÃO 87

De acordo com o art. 14, inciso II, do CP, diz-se tentado o crime quando, iniciada a execução, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Em relação ao instituto da tentativa (*conatus*) no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A** A tentativa determina a redução da pena, obrigatoriamente, em dois terços.
- B** As contravenções penais não admitem punição por tentativa.
- C** O crime de homicídio não admite tentativa branca.
- D** Considera-se perfeita ou acabada a tentativa quando o agente atinge a vítima, vindo a lesioná-la.

QUESTÃO 88

Com relação ao dolo e à culpa, assinale a opção correta.

- A** A conduta culposa poderá ser punida ainda que sem previsão expressa na lei.
- B** Caracteriza-se a culpa consciente caso o agente preveja e aceite o resultado de delito, embora imagine que sua habilidade possa impedir a ocorrência do evento lesivo previsto.
- C** Caracteriza-se a culpa própria quando o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permite praticar, licitamente, o fato típico.
- D** Considere que determinado agente, com intenção homicida, dispare tiros de pistola contra um desafeto e, acreditando ter atingido seu objetivo, jogue o suposto cadáver em um lago. Nessa situação hipotética, caso se constate posteriormente que a vítima estava viva ao ser atirada no lago, tendo a morte ocorrido por afogamento, fica caracterizado o dolo geral do agente, devendo este responder por homicídio consumado.

QUESTÃO 89

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a respeito de penas. Assinale a opção em que a assertiva está de acordo com o que dispõe o CP.

- A** Júlio foi definitivamente condenado à pena privativa de liberdade em regime fechado e passou a trabalhar no presídio. Nessa situação, embora o trabalho de Júlio seja remunerado, ele não terá direito aos benefícios da previdência social.
- B** Roberto, durante o trâmite de processo por crime de roubo, ficou preso provisoriamente em razão de prisão preventiva decretada pelo juiz para a garantia da ordem pública. Nessa situação, caso o juiz imponha a Roberto, na sentença definitiva, medida de segurança, e não pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória não será computado na medida de segurança.
- C** Paulo foi definitivamente condenado à pena privativa de liberdade em regime fechado. Nessa situação, Paulo deverá, necessariamente, ser submetido ao exame criminológico para a obtenção da progressão de regime.
- D** Túlio, funcionário público, praticou crime de peculato doloso, vindo a ser definitivamente condenado à pena privativa de liberdade. Nessa situação, a progressão do regime de cumprimento de sua pena ficará condicionada à reparação do dano que causou ou à devolução do produto do crime, com os acréscimos legais.

QUESTÃO 90

A respeito do crime de omissão de socorro, assinale a opção correta.

- A** O crime de omissão de socorro é admitido na forma tentada.
- B** É impossível ocorrer participação, em sentido estrito, em crime de omissão de socorro.
- C** A omissão de socorro classifica-se como crime omissivo próprio e instantâneo.
- D** A criança abandonada pelos pais não pode ser sujeito passivo de ato de omissão de socorro praticado por terceiros.

QUESTÃO 91

Assinale a opção correta acerca dos crimes contra a administração pública.

- A** No crime de peculato culposo, a reparação do dano anterior à sentença irrecorrível é causa de redução de pena.
- B** O crime de corrupção ativa é considerado crime próprio.
- C** Somente o funcionário público pode ser sujeito ativo de crime de prevaricação.
- D** O crime de concussão é considerado crime material.

GABARITO

85 B	86 D	87 B	88 D	89 D	90 C	91 X
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

EXAME DE ORDEM 2009.1

QUESTÃO 85

Ana e Bruna desentenderam-se em uma festividade na cidade onde moram e Ana, sem intenção de matar, mas apenas de lesionar, atingiu levemente, com uma faca, o braço esquerdo de Bruna, a qual, ao ser conduzida ao hospital para tratar o ferimento, foi vítima de acidente de automóvel, vindo a falecer exclusivamente em razão de traumatismo craniano.

Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz do CP, que Ana

- A deve responder pelo delito de homicídio na modalidade tentada.
- B não deve responder por delito algum, uma vez que não deu causa à morte de Bruna.
- C deve responder apenas pelo delito de lesão corporal.
- D deve responder pelo delito de homicídio consumado.

QUESTÃO 86

Acerca dos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A O CP prevê, para os crimes de calúnia, de difamação e de injúria, o instituto da exceção da verdade, que consiste na possibilidade de o acusado comprovar a veracidade de suas alegações, para a exclusão do elemento objetivo do tipo.
- B Não constituem injúria ou difamação punível a ofensa não excessiva praticada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu advogado e a opinião da crítica literária sem intenção de injuriar ou difamar.
- C Em regra, a persecução criminal nos crimes contra a honra processa-se mediante ação pública condicionada à representação da pessoa ofendida.
- D Caracterizado o crime contra a honra de servidor público, em razão do exercício de suas funções, a ação penal será pública incondicionada.

QUESTÃO 87

Acerca dos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta.

- A O crime de apropriação indébita de contribuição previdenciária é delito material, exigindo-se, para a consumação, o fim específico de apropriar-se da coisa para si (*animus rem sibi habendi*).
- B O crime de latrocínio só se consuma quando o agente, após matar a vítima, realiza a subtração dos bens visados no início da ação criminosa.
- C O crime de extorsão é consumado quando o agente, mediante violência ou grave ameaça, obtém, efetivamente, vantagem econômica indevida, constringendo a vítima a fazer alguma coisa ou a tolerar que ela seja feita.
- D Quem falsifica determinado documento exclusivamente para o fim de praticar um único estelionato não responderá pelos dois delitos, mas apenas pelo crime contra o patrimônio.

QUESTÃO 88

Com relação à finalidade das sanções penais, assinale a opção correta.

- A As medidas de segurança têm finalidade essencialmente retributiva.
- B Segundo entendimento doutrinário balizador das normas aplicáveis à espécie, as teorias tidas por absolutas advogam a tese da aplicação das penas para a prevenção de futuros delitos.
- C As teorias tidas por relativas advogam a tese da retribuição do crime, justificada por seu intrínseco valor axiológico, que possui, em si, seu próprio fundamento.
- D O ordenamento jurídico brasileiro não reconheceu somente a função de retribuição da pena, sendo certo que a denominada teoria mista ou unificadora da pena é a mais adequada ao regime adotado pelo CP.

QUESTÃO 89

Em relação às causas de exclusão de ilicitude, assinale a opção **incorreta**.

- A Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- B Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- C Considera-se causa supralegal de exclusão de ilicitude a inexigibilidade de conduta diversa.
- D Um bombeiro em serviço não pode alegar estado de necessidade para eximir-se de seu ofício, visto que tem o dever legal de enfrentar o perigo.

QUESTÃO 90

Constitui conduta criminosa

- A destruir culposamente a vidraça de prédio pertencente ao departamento de polícia civil.
- B deixar o pai de prover, sem justa causa, a instrução primária do filho em idade escolar.
- C cometer adultério.
- D emitir cheque pré-datado, sabendo-o sem provisão de fundos.

GABARITO

85	86	87	88	89	90	91
C	B	D	D	C	B	C

EXAME DE ORDEM 2008.3

QUESTÃO 88

Com relação à legislação referente ao combate às drogas, assinale a opção correta.

- A** O agente que, para consumo pessoal, semeia plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância capaz de causar dependência psíquica pode ser submetido à medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.
- B** O agente que tiver em depósito, para consumo pessoal, drogas sem autorização poderá ser submetido à pena de reclusão.
- C** O agente que transportar, para consumo pessoal, drogas em desacordo com determinação legal poderá ser submetido à pena de detenção.
- D** O agente que entregar a consumo drogas, ainda que gratuitamente, em desacordo com determinação legal, pode ser submetido à pena de advertência sobre os efeitos das drogas.

QUESTÃO 89

Com base na Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- A** Para os efeitos da lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher a ação que, baseada no gênero, lhe cause morte, lesão, sofrimento físico ou sexual, não estando inserido em tal conceito o dano moral, que deverá ser pleiteado, caso existente, na vara cível comum.
- B** É desnecessário, para que se aplique a Lei Maria da Penha, que o agressor coabite ou tenha coabitado com a ofendida, desde que comprovado que houve a violência doméstica e familiar e que havia entre eles relação íntima de afeto.
- C** A competência para o processo e julgamento dos crimes decorrentes de violência doméstica é determinada pelo domicílio ou pela residência da ofendida.
- D** Para a concessão de medida protetiva de urgência prevista na lei, o juiz deverá colher prévia manifestação do MP, sob pena de nulidade absoluta do ato.

QUESTÃO 90

Assinale a opção correta acerca dos crimes contra a honra.

- A** Tratando-se do delito de injúria, admite-se a exceção da verdade caso o ofendido seja funcionário público, e a ofensa, relativa ao exercício de suas funções.
- B** Caso o querelado, antes da sentença, se retrate cabalmente da calúnia ou da difamação, sua pena será diminuída.
- C** Caracterizado o delito de injúria, o juiz pode deixar de aplicar a pena, no caso de retorção imediata, que consista em outra injúria.
- D** O pedido de explicações em juízo é cabível nos delitos de calúnia e difamação, mas não se aplica ao de injúria.

QUESTÃO 93

De acordo com o Código Penal, salvo exceção, quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa caso o fato seja previsto como crime culposo. Entretanto, se ocorrer, também, o resultado pretendido, o agente

- A** não responderá por ele, sob pena de responsabilidade penal objetiva.
- B** responderá por ele, segundo a regra do concurso formal.
- C** responderá por ele, segundo a regra do concurso material.
- D** não responderá por ele, sob pena de *bis in idem*.

GABARITO

88 A	89 B	90 C	93 A
---------	---------	---------	---------

EXAME DE ORDEM 2008.2

QUESTÃO 85

Os irmãos Leo, com 18 anos de idade, Lúcio, com 17 anos de idade, e Lino, com 11 anos de idade, roubaram dinheiro do caixa de uma padaria.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- A** Leo, Lino e Lúcio serão processados criminalmente pelos seus atos, caso fique demonstrado que todos quiseram praticar o fato e possuíam plena capacidade de entender o caráter ilícito dele.
- B** Lúcio poderá, excepcionalmente, ficar submetido a medida socioeducativa de internação até completar 21 anos, idade em que a liberação será compulsória.
- C** Lúcio e Lino praticaram ato infracional e responderão a procedimento junto à Vara da Infância e Juventude, podendo ser aplicada, para ambos, medida socioeducativa de internação.
- D** Leo não será processado criminalmente por sua conduta, visto que os demais autores do fato são menores de idade e, nesse caso, as condições de caráter pessoal se comunicam.

QUESTÃO 86

Acerca dos direitos individuais previstos no ECA, assinale a opção correta.

- A** Excetuando-se as hipóteses de dúvida fundamentada, o adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos oficiais.
- B** A internação antes da sentença, ao contrário do que ocorre com a prisão cautelar, prevista no processo penal, dispensa fundamentação em face das peculiaridades do procedimento de apuração do ato infracional e das condições especiais de desenvolvimento do adolescente.
- C** Nenhum adolescente será privado de sua liberdade, senão em flagrante de ato infracional, por determinação judicial, ou para averiguação, por ordem de autoridade policial.
- D** A internação antes da sentença, ocorrida durante o procedimento de apuração do ato infracional, não tem prazo máximo preestabelecido, contudo o juiz deve justificar a demora excessiva, sob pena de constrangimento ilegal.

QUESTÃO 87

Com relação ao procedimento de apuração do ato infracional, assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o ECA.

- A Na ausência de advogado constituído, para resguardar o sigilo quanto à conduta do infrator, não se admite a nomeação de defensor *ad hoc*.
- B A outorga de mandato é indispensável caso o defensor seja constituído ou nomeado, sendo a formalidade necessária em face das peculiaridades do procedimento.
- C Cabe recurso em sentido estrito da decisão que aplica medida socioeducativa, sendo possível o juízo de retratação.
- D No recurso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior, o juiz poderá reformar a decisão proferida.

QUESTÃO 92

Entre as penas restritivas de direitos previstas no Código Penal, **não** está incluída

- A a perda de bens e valores.
- B a interdição permanente de direitos.
- C a prestação de serviço a entidades públicas.
- D a prestação pecuniária.

QUESTÃO 95

Acerca dos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A O agente que designa alguém como ladrão, no intuito de ofender sua dignidade, comete o crime de difamação.
- B O agente que preconceituosamente se refere a alguém como velho surdo, ciente da idade e deficiência da pessoa, comete uma das modalidades do crime de racismo.
- C O agente que atribui a alguém a autoria de um estupro, ciente da falsidade da imputação, comete o crime de calúnia.
- D O agente que imputa a alguém a conduta de mulhengo, no intuito de ofender sua reputação, comete o crime de injúria.

QUESTÃO 98

Com base na legislação penal, **não** se impõe o dever de agir

- A ao servidor público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal de comiseração.
- B ao condutor do veículo que, por motivo de segurança, deixa de prestar socorro à vítima de acidente, mas solicita auxílio da autoridade pública.
- C ao pai que deixa de prover ao filho em idade escolar a instrução primária, porque deseja que este o ajude no trabalho.
- D ao médico que, em face de pedido do paciente, deixa de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação seja obrigatória.

QUESTÃO 100

De acordo com a Lei n.º 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar ao agressor, de imediato, a seguinte medida protetiva de urgência:

- A proibição de contato direto com a ofendida, seus familiares e testemunhas, salvo indiretamente, por telefone ou carta.
- B arbitramento do valor a ser prestado a título de alimentos definitivos à ofendida e aos filhos menores.
- C proibição de aproximar-se da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- D decretação da prisão temporária do agressor.

QUESTÃO 90

No que se refere às disposições do CPP acerca da competência por conexão ou continência, assinale a opção **incorreta**.

- A A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- B A conexão e a continência no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores importarão separação de processos e de julgamento.
- C No concurso entre a competência do júri e de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.
- D No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá a jurisdição especial.

QUESTÃO 91

Assinale a opção correta com base na legislação penal.

- A Pratica o crime de seqüestro em concurso formal com furto o agente que, no intuito de obter senha de cartão bancário, priva a vítima de liberdade e, obtendo êxito, a liberta.
- B Pratica o crime de latrocínio o agente que subtrai uma bolsa mediante violência a pessoa, em face da qual resulta morte da vítima.
- C O agente que mata alguém, sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima, está legalmente acobertado pela excludente da legítima defesa.
- D Não pratica crime ou contravenção penal o agente que, no intuito de provocar alarme, afirma, inveridicamente, que há uma bomba em determinado prédio.

GABARITO

85 B	86 A	87 D	90 A	91 B	92 B	93 D	94 B	95 C	98 B	100 C
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	----------

EXAME DE ORDEM 2008.1

QUESTÃO 85

Com relação às causas excludentes de ilicitude (ou antijuridicidade), assinale a opção correta.

- A O exercício regular do direito é compatível com o homicídio praticado pelo militar que, em guerra externa ou interna, mata o inimigo.
- B Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar-se de perigo atual ou iminente que não provocou por sua vontade ou era escusável.
- C Supondo o agente, equivocadamente, que está sendo agredido, e repelindo a suposta agressão, configura-se a legítima defesa putativa, considerada na lei como caso *sui generis* de erro de tipo, o denominado erro de tipo permissivo.
- D Agem em estrito cumprimento do dever legal policiais que, ao terem de prender indiciado de má fama, atiram contra ele para dominá-lo.

QUESTÃO 91

Acerca do princípio da inocência, assinale a opção correta.

- A A restrição à liberdade do acusado antes da sentença definitiva deve ser admitida sempre que se verificar o *fumus boni iuris*, independentemente da existência de *periculum in mora*.
- B O juiz deve ter plena convicção de que o acusado é responsável pelo delito, bastando a dúvida a respeito da sua culpa para absolvê-lo.
- C O réu tem o dever de provar sua inocência e cabe ao acusador apresentar indícios de autoria e materialidade.
- D Com a decisão de pronúncia, que reconhece a existência de crime e indícios de autoria, o nome do réu pode ser incluído no rol dos culpados.

QUESTÃO 92

A respeito das condições de procedibilidade, assinale a opção correta.

- A Havendo vestígios nos crimes contra a propriedade imaterial, o exame pericial é condição de procedibilidade para a ação penal.
- B Nos crimes contra a honra do presidente da República, a requisição do ministro da Justiça é condição de procedibilidade para a ação penal, que deve ser providenciada no prazo legal de seis meses a contar da data do fato.
- C Nos crimes cometidos fora do território nacional, são condições de procedibilidade a entrada do agente no território nacional e o fato de os crimes não serem puníveis no país em que foram praticados.
- D Nos crimes comuns e de responsabilidade praticados pelo presidente da República, é condição de procedibilidade a autorização do Senado Federal para ser instaurado o processo.

QUESTÃO 96

Acerca do crime de lavagem de dinheiro, previsto na Lei n.º 9.613/1998, assinale a opção **incorreta**.

- A Esse crime admite ação controlada, pela qual a ordem de prisão de pessoas ou da apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores poderá ser suspensa pelo juiz, ouvido o Ministério Público, quando a sua execução imediata possa comprometer as investigações.
- B O crime de lavagem de dinheiro pressupõe a existência de uma conduta antecedente, que não precisa ser, necessariamente, criminosa, mas que deve estar prevista no rol exemplificativo da lei acima citada.
- C Esse crime constitui atividade complexa, que envolve três fases: a introdução do dinheiro ilícito no sistema financeiro, promovendo o distanciamento dos recursos de sua origem; a transformação, quando, por meio de negócios, é ocultada a procedência dos recursos; e a integração, quando os bens aparentemente regulares são incorporados ao sistema econômico.
- D No processo por crime de lavagem de dinheiro, não se aplica o disposto no art. 366 do Código de Processo Penal, que estabelece que o processo e o curso do prazo prescricional fiquem suspensos caso o acusado, citado por edital, não compareça nem constitua advogado, situação em que o processo deve seguir à sua revelia.

QUESTÃO 97

Acerca do dolo e da culpa, assinale a opção correta.

- A Quando o agente, embora não querendo diretamente praticar a infração penal, não se abstém de agir e, com isso, assume o risco de produzir o resultado que por ele já havia sido previsto e aceito, há culpa consciente.
- B Quando o agente deixa de prever o resultado que lhe era previsível, fica caracterizada a culpa imprópria e o agente responderá por delito preterdoloso.
- C Quando o agente, embora prevendo o resultado, não deixa de praticar a conduta porque acredita, sinceramente, que esse resultado não venha a ocorrer, caracteriza-se a culpa inconsciente.
- D Quando o agente comete erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime, exclui-se o dolo, embora seja permitida a punição por crime culposos, se previsto em lei.

QUESTÃO 98

Júlio, empresário, deixou de recolher, no prazo legal, contribuição destinada à previdência social que ele havia descontado de pagamento efetuado a segurado.

Considerando a situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- A O crime, consumado no momento em que Júlio decidiu deixar de recolher as contribuições, depois de ultrapassado o prazo legal, admite tentativa e a modalidade culposa.

- B Caso Júlio, espontaneamente, confesse e efetue o pagamento integral das contribuições à previdência social, antes do início da ação fiscal, ele terá direito à suspensão condicional da pena.
- C O juiz deve conceder o perdão judicial ou aplicar somente a pena de multa, caso Júlio seja primário e tenha bons antecedentes.
- D O crime praticado por Júlio constitui espécie de apropriação indébita, que deve ser processado na justiça federal mediante ação penal pública incondicionada.

QUESTÃO 99

Acerca da reincidência, assinale a opção correta.

- A Para efeitos de reincidência, são considerados os crimes eleitorais, os crimes militares próprios e os crimes políticos.
- B Para se caracterizar a reincidência na prática de crime, é necessário que haja trânsito em julgado de sentença condenatória por prática de crime anterior.
- C O agente que, na fase de recurso de sentença condenatória pela prática de crime, comete contravenção penal, deve ser considerado reincidente não-específico.
- D Para efeito de reincidência específica, prevalece a condenação anterior, se, entre a data do cumprimento da pena e a infração posterior, tiver decorrido tempo superior a 5 anos.

QUESTÃO 100

A respeito da prescrição, assinale a opção correta.

- A O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia e pela sentença condenatória ou absolutória recorrível.
- B Nas infrações permanentes, assim como na bigamia e na falsificação, a prescrição da pretensão punitiva começa a correr a partir do primeiro dia em que o crime ocorreu.
- C No caso de o condenado evadir-se, a prescrição da pretensão executória deve ser regulada pelo tempo que resta da pena.
- D A prescrição começa a correr a partir do dia em que transita em julgado, para a defesa, a sentença condenatória.

GABARITO

85 C	91 B	92 A	96 B	97 D	98 D	99 B	100 C
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	----------

EXAME DE ORDEM 2007.3

QUESTÃO 46

Sobre a aplicação da lei penal e da lei processual penal, assinale a opção **incorreta**.

- A Os atos processuais realizados sob a vigência de lei processual anterior são considerados válidos, mesmo após a revogação da lei.
- B As normas processuais têm aplicação imediata, ainda que o fato que deu origem ao processo seja anterior à entrada em vigor dessas normas.
- C O dispositivo constitucional que estabelece que a lei não retroagirá, salvo para beneficiar o réu, aplica-se à lei penal e à lei processual penal.
- D Lei penal que substitua outra e que favoreça o agente aplica-se aos fatos anteriores à sua entrada em vigor, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

QUESTÃO 47

Alonso, com evidente intenção homicida, praticou conduta compatível com a vontade de matar Betina.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Caso Alonso interrompesse voluntariamente os atos de execução, caracterizar-se-ia desistência voluntária, e ele só responderia pelos atos já praticados.
- B Caso Alonso utilizasse os meios que tinha ao seu alcance para atingir a vítima, mas não conseguisse fazê-lo, ele só responderia por expor a vida de terceiro a perigo.
- C Caso Alonso fosse interrompido, durante os atos de execução, por circunstâncias alheias à sua vontade, não chegando a fazer tudo que pretendia para consumir o crime, não se caracterizaria a tentativa de homicídio, mas lesão corporal.
- D Caso Alonso não fosse interrompido e, após praticar tudo o que estava ao seu alcance para consumir o crime, resolvesse impedir o resultado, obtendo êxito neste ato, caracterizar-se-ia o arrependimento posterior, mas ficaria afastado o arrependimento eficaz.

QUESTÃO 48

Entre as circunstâncias que sempre atenuam a pena, **não** está incluído o fato de o agente

- A desconhecer a lei.
- B ter cometido o crime sob coação a que pudesse resistir.
- C ter cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o tiver provocado.
- D ter cometido o crime em ocasião de incêndio, inundação ou qualquer calamidade pública.

QUESTÃO 49

É elemento do crime culposo

- A a observância de um dever objetivo de cuidado.
- B o resultado lesivo não querido, mas assumido, pelo agente.
- C a conduta humana voluntária, sempre comissiva.
- D a previsibilidade.

QUESTÃO 50

Acerca do instituto da prescrição penal e seus efeitos, assinale a opção correta.

- A A partir do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, começa a correr o prazo da prescrição da pretensão punitiva.

GABARITO

46 C	47 A	48 D	49 D	50 C	51 C	52 A	54 C	59 D
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

EXAME DE ORDEM 2007.2

- B O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva significa que o réu pode ser considerado reincidente caso pratique novo crime.
- C Ocorrendo a prescrição da pretensão executória, o título executório é formado com o trânsito em julgado; entretanto, o Estado perde o direito de executar a sentença penal condenatória.
- D Ocorrendo a prescrição da pretensão executória, a vítima não tem à sua disposição o título executivo judicial para promover a liquidação e execução cível.

QUESTÃO 51

Acerca das modificações penais e processuais penais introduzidas pela Lei n.º 11.343/2006 — Lei de Tóxicos — com relação à figura do usuário de drogas, assinale a opção correta.

- A A conduta daquele que, para consumo pessoal, cultiva plantas destinadas à preparação de substância capaz de causar dependência física ou psíquica permanece sem tipificação.
- B É possível, além das penas de advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa, a imposição de pena privativa de liberdade ao usuário de drogas.
- C O porte de drogas tornou-se infração de menor potencial ofensivo, estando sujeito ao procedimento da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais criminais.
- D Poderá ser imposta ao usuário de drogas prisão em flagrante, devendo o autuado ser encaminhado ao juízo competente para que este se manifeste sobre a manutenção da prisão, após a lavratura do termo circunstanciado.

QUESTÃO 52

Leonardo, indignado por não ter recebido uma dívida referente a venda de cinco cigarros, desferiu facadas no devedor, que, em razão dos ferimentos, faleceu. Logo após o fato, Leonardo escondeu o cadáver em uma gruta.

Com base na situação hipotética acima, é correto afirmar que

- A a ocultação de cadáver é crime permanente.
- B há concurso formal entre o homicídio e a ocultação de cadáver.
- C Leonardo praticou crime de homicídio qualificado por motivo torpe.
- D o fato de Leonardo ter cometido o crime por não ter recebido uma dívida é circunstância que agrava a pena.

QUESTÃO 54

Extingue a punibilidade do agente

- A a decadência, nos crimes de ação penal privada e pública incondicionada.
- B a renúncia, nos crimes de ação penal privada subsidiária da pública.
- C a preempção, nos crimes de ação penal privada.
- D o perdão, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação.

QUESTÃO 59

Acerca dos crimes hediondos, assinale a opção correta.

- A O rol dos crimes enumerados na Lei n.º 8.072/1990 não é taxativo.
- B É possível o relaxamento da prisão por excesso de prazo.
- C O prazo da prisão temporária em caso de homicídio qualificado é igual ao de um homicídio simples.
- D Em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade, independentemente de fundamentação do juiz.

QUESTÃO 44

Assinale a opção correta acerca do direito penal e processual penal.

- A O advogado que, por força de convênio celebrado com o poder público, atua de forma remunerada em defesa dos agraciados com o benefício da justiça pública não se enquadra no conceito de funcionário público para fins penais.
- B Vige, na fase da pronúncia, o princípio *in dubio pro reo*.
- C Para a caracterização da legítima defesa real, exige-se a demonstração objetiva da existência de suposição de fato que, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, legitime a ação do agente.
- D A decisão de pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação, bastando para tanto que o juiz se convença da existência do crime e dos indícios de autoria.

QUESTÃO 45

A perda dos dias remidos em virtude do cometimento de falta grave durante o cumprimento da pena

- A viola o princípio da individualização da pena.
- B viola o princípio da dignidade da pessoa humana.
- C ofende ao princípio da isonomia.
- D não significa ofensa ao direito adquirido.

QUESTÃO 47

Marcelo induziu Leticia em erro, fazendo que ela se enganasse sobre a identidade pessoal dele. Devido ao ardil, Leticia concordou em ter com ele conjunção carnal.

Nessa situação hipotética, a conduta de Marcelo é classificada no direito penal como

- A posse sexual mediante fraude.
- B assédio sexual.
- C atentado violento ao pudor.
- D atentado ao pudor mediante fraude.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- A O crime de extorsão é considerado crime de mera conduta e se consuma independentemente de o agente auferir a vantagem indevida almejada.
- B O crime de cárcere privado constitui espécie de delito instantâneo.
- C O princípio da consunção pressupõe a existência de um nexo de dependência das condutas ilícitas, para que se verifique a possibilidade de absorção da menos grave pela mais danosa.
- D Nos delitos instantâneos de efeitos permanentes, a atividade criminosa se prolonga no tempo, tendo o agente a possibilidade de cessar ou não a sua conduta e seus efeitos.

QUESTÃO 50

É cabível o arrependimento posterior no crime de

- A roubo.
- B furto.
- C lesão corporal dolosa.
- D homicídio.

QUESTÃO 51

De acordo com o Código Penal, são imputáveis

- A os silvícolas inadaptados.
- B os surdos-mudos inteiramente capazes de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- C oligofrênicos e esquizofrênicos.
- D os menores de 18 anos.

QUESTÃO 54

Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- A O adolescente civilmente identificado não será submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- B Não é assegurado ao adolescente infrator o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
- C Os crimes definidos no ECA são de ação pública condicionada.
- D A internação, antes da sentença, pode ser determinada por prazo máximo de 65 dias.

QUESTÃO 55

As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente que pratique ato infracional **não** incluem a

- A inserção em regime de semi-liberdade.
- B prestação de trabalhos forçados.
- C obrigação de reparar o dano.
- D liberdade assistida.

QUESTÃO 57

A respeito dos crimes praticados por organizações criminosas, assinale a opção correta.

- A Os condenados por crimes decorrentes de organização criminosa poderão iniciar o cumprimento da pena em regime semi-aberto ou aberto.
- B Poderá ser concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, aos agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa.
- C A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas não será realizada se elas já possuírem identificação civil.
- D Nos crimes praticados em organização criminosa, a pena será reduzida de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria.

QUESTÃO 59

Pedro, funcionário público, deixou de praticar ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo à influência de Daniele, sua namorada.

Nessa situação hipotética, a conduta de Pedro se amolda ao tipo de crime, previsto no Código Penal, de

- A tráfico de influência.
- B corrupção passiva.
- C prevaricação.
- D concussão.

GABARITO

44 D	45 D	47 A	49 C	50 B	51 B	54 A	55 B	57 D	59 B
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

EXAME DE ORDEM 2007.1

QUESTÃO 46

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- A O delito de corrupção de menores prescinde da efetiva corrupção do menor, bastando, para a sua configuração, a prova de participação do inimputável em crime juntamente com agente maior de 18 anos.
- B Os delitos de estupro e de atentado violento ao pudor, em sua forma simples, não configuram modalidades de crime hediondo.
- C O crime de denúncia caluniosa dispensa a ciência, pelo agente, da inocência do acusado.
- D No caso de crime cometido no âmbito de uma empresa, o simples fato de o réu ser administrador da empresa autoriza a instauração de processo criminal pelo crime, mesmo se não restar comprovada a mínima relação de causa e efeito entre as imputações e a condição de dirigente da empresa.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- A Constitui, em tese, delito contra as relações de consumo colocar no mercado refrigerantes em condições impróprias para consumo.
- B O ordenamento jurídico permite a concessão de indulto aos condenados por homicídio qualificado.
- C O benefício da comutação de pena é ato privativo e discricionário dos congressistas, a quem compete estabelecer os requisitos a serem preenchidos pelos sentenciados.
- D A circunstância de estar a arma municada ou não é relevante para a configuração do delito de porte ilegal de arma de fogo.

QUESTÃO 49

No crime de apropriação indébita previdenciária, o pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuições sociais, efetuado posteriormente ao recebimento da denúncia, é

- A causa de exclusão da tipicidade.
- B causa de extinção da punibilidade.
- C indiferente penal.
- D circunstância atenuante.

QUESTÃO 52

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- A Aos crimes militares não se aplica o princípio da insignificância.
- B As penas restritivas de direitos admitem a execução provisória.
- C Ocorrendo a morte da vítima em decorrência de disparo de arma de fogo utilizada para a prática de roubo, há crime de latrocínio tentado se não houve a subtração de bens.
- D A pena restritiva de direitos, como toda e qualquer resposta penal, está ordenada, na sua aplicação, ao princípio da suficiência.

QUESTÃO 54

O agente que, na qualidade de servidor do INSS, obtém de forma indevida a concessão de benefício previdenciário junto ao INSS, em favor de terceiro, pratica o crime de

- A peculato-furto.
- B apropriação indébita.
- C estelionato.
- D corrupção passiva.

QUESTÃO 57

O agente que mantém, no exterior, depósitos não declarados à repartição federal competente pratica crime contra

- A as relações de consumo.
- B o sistema financeiro.
- C a ordem econômica.
- D a ordem tributária.

QUESTÃO 58

O sujeito que empresta seu nome para terceiro abrir empresa de fachada, sabendo que não será a empresa estabelecida para realizar o objeto social declarado, pratica o crime de

- A falsificação de documento particular.
- B falsidade documental.
- C falsidade ideológica.
- D falso reconhecimento de firma.

QUESTÃO 59

Assinale a opção correta acerca do direito penal.

- A O recolhimento à prisão domiciliar somente será admitido aos apenados submetidos ao regime aberto, sem exceções.
- B O médico de hospital credenciado pelo SUS que presta atendimento a segurado, por ser considerado funcionário público para efeitos penais, pode ser sujeito ativo do delito de concussão.
- C O assalto praticado por policiais militares que, em trajes civis e com carro civil, abalroarem o carro da vítima, apenas coincidentemente policial militar, mas também em traje e carro civil, quando então anunciarem e consumarem o delito, é crime militar.
- D Aplica-se a atenuante da confissão espontânea quando a confissão extrajudicial efetivamente sirva para alicerçar a sentença condenatória, desde que não haja retratação em juízo.

QUESTÃO 60

Acerca do direito penal, assinale a opção correta.

- A Constitui crime contra as relações de consumo vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial.
- B O crime de quadrilha ou bando possui natureza de delito instantâneo, mas de efeitos permanentes.
- C A pesca proibida pelo local ou época da atividade, ou pelo uso de petrechos proibidos, é crime material.
- D A ocultação, em proveito próprio, de coisa que se sabe ser produto de crime configura o delito de condescendência criminosa.

GABARITO

46	48	49	52	54	57	58	59	60
A	D	B	D	C	B	C	B	A

EXAME DE ORDEM 2006.3

QUESTÃO 41

De acordo com jurisprudência firmada no âmbito do STJ e no do STF, assinale a opção correta.

- A Para a configuração do crime de tráfico de entorpecentes, é necessária a presença do especial fim de agir consistente na finalidade de comercialização da droga.
- B O delito de associação para o tráfico de entorpecentes é considerado hediondo.
- C A aplicação da pena, no ordenamento normativo brasileiro, não pode converter-se em instrumento de opressão judicial, nem traduzir exercício arbitrário de poder. Assim, o magistrado sentenciante está necessariamente vinculado aos fatores e aos critérios que, em matéria de dosimetria penal, limitam-lhe a prerrogativa de definir a pena aplicável ao condenado.
- D Nos crimes contra a liberdade sexual cometidos mediante grave ameaça ou com violência presumida, impõe-se necessariamente o exame de corpo de delito direto, porque tais infrações penais sempre deixam vestígios materiais.

QUESTÃO 44

O ato em que o sujeito esgota, segundo seu entendimento, todos os meios, a seu alcance, de consumir a infração penal, que somente deixa de ocorrer por circunstâncias alheias à sua vontade, é denominado

- A tentativa imperfeita.
- B crime consumado.
- C crime falho.
- D tentativa branca.

QUESTÃO 48

Relativamente ao direito penal, assinale a opção correta.

- A Admite-se a responsabilidade penal da pessoa jurídica em crimes ambientais desde que haja a imputação simultânea do ente moral e da pessoa física que atua em seu nome ou em seu benefício, uma vez que não se pode compreender a responsabilização do ente moral dissociada da atuação de uma pessoa física, que age com elemento subjetivo próprio.
- B O crime de omissão de socorro qualifica-se como crime omissivo impróprio, bastando, para que se repute consumado, que o agente tenha se omitido quando deveria ter agido.
- C O princípio da insignificância pode ser aplicado ao delito de contrabando de munição de arma de fogo.
- D O reconhecimento da atenuante da confissão espontânea tem o condão de reduzir a pena aquém do mínimo legal.

QUESTÃO 50

A conduta do réu que, diante da autoridade policial, atribui a si mesmo falsa identidade, em atitude de autodefesa, consiste em

- A falsa identidade.
- B falsidade ideológica.
- C falsificação de documento público.
- D fato atípico.

QUESTÃO 52

Relativamente a jurisprudência do STJ e do STF, assinale a opção **incorreta**.

- A Segundo o princípio da legalidade, a elaboração das normas incriminadoras e das respectivas sanções constitui função exclusiva da lei.
- B O sistema constitucional brasileiro autoriza que se apliquem leis penais supervenientes mais gravosas a fatos delituosos cometidos em momento anterior ao da edição da *lex gravior*.
- C O Estatuto do Desarmamento, ao estabelecer o prazo de 180 dias para que os possuidores e proprietários de armas de fogo sem registro regularizassem a situação ou as entregassem à Polícia Federal, criou uma situação peculiar, pois, durante esse período, a conduta de possuir arma de fogo deixou de ser considerada típica.
- D A missão do direito penal moderno consiste em tutelar os bens jurídicos mais relevantes. Em decorrência disso, a intervenção penal deve ter o caráter fragmentário, protegendo apenas os bens jurídicos mais importantes e em caso de lesões de maior gravidade.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta a respeito da prescrição.

- A O prazo de prescrição da pretensão punitiva é regulado pela quantidade de pena imposta na sentença condenatória.
- B No caso de evadir-se o condenado, a prescrição é regulada pelo tempo que resta da pena.
- C Se, entre a data da sentença e a data do recebimento da denúncia, houver ocorrido o lapso de tempo de prescrição regulado pela pena *in concreto*, dar-se-á a prescrição intercorrente.
- D O curso da prescrição é suspenso pela reincidência.

QUESTÃO 57

De acordo com jurisprudência do STJ e do STF, assinale a opção correta.

- A A inexistência de dinheiro ou de outro objeto de valor em poder da vítima afasta a tentativa do crime de roubo.
- B Relativamente ao advogado, a imunidade profissional contemplada na Constituição Federal é absoluta, não sofrendo restrições legais.
- C O decreto de prisão preventiva há de substanciar-se no fato-crime e no homem-autor concretos, porém é cabível inferir-se fuga em função da revelia do paciente.
- D Estão submetidos à disciplina da Lei de Imprensa, entre outros, os delitos contra a honra por meio dela praticados, quais sejam, aqueles cuja ofensa à honra subjetiva ou objetiva é veiculada em jornais e outras publicações periódicas.

QUESTÃO 58

O princípio da insignificância considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, entre os quais **não** se inclui

- A a mínima ofensividade da conduta do agente.
- B nenhuma periculosidade social da ação.
- C reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento.
- D expressividade da lesão jurídica provocada.

QUESTÃO 60

Considere-se que, depois de esgotar todos os meios disponíveis para chegar à consumação da infração penal, o agente arrependa-se e atue em sentido contrário, evitando a produção do resultado inicialmente por ele pretendido. Nessa hipótese, configura-se

- A arrependimento eficaz.
- B desistência voluntária.
- C crime impossível.
- D arrependimento posterior.

GABARITO

41	44	48	50	52	55	57	58	60
C	C	A	D	B	B	D	D	A

EXAME DE ORDEM 2006.2

QUESTÃO 41

De acordo com a jurisprudência do STJ, a conduta do advogado que ilicitamente instrui a testemunha a mentir em juízo incide no tipo penal denominado

- A fraude processual.
- B patrocínio infiel.
- C participação em falso testemunho.
- D advocacia administrativa.

QUESTÃO 42

Assinale a opção **incorreta** de acordo com o STJ e o STF.

- A No crime de estupro, a pena será aumentada se o agente possuir relação de parentesco ou autoridade com a vítima.
- B A calúnia e a difamação atingem a honra objetiva da vítima.
- C Não havendo risco de dano concreto à pessoa, a direção de veículo sem habilitação é apenas infração administrativa, não configurando crime.
- D É impossível atribuir a pessoa jurídica capacidade penal para a prática de crimes ambientais.

QUESTÃO 43

Assinale a opção correta segundo o STJ.

- A Há como reconhecer-se a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e de extorsão.
- B Há como reconhecer-se a continuidade delitiva entre os crimes de estelionato e de receptação.
- C O bem jurídico protegido na falsidade ideológica é o patrimônio público.
- D No crime de atentado violento ao pudor, a causa de aumento de pena prevista na Lei dos Crimes Hediondos incide somente se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou morte.

QUESTÃO 44

Considere que uma gestante, sóbria, estando na direção de seu veículo automotor, colida, culposamente, com um poste, causando, em razão do impacto sofrido, o aborto. Nessa situação, a conduta da gestante

- A corresponde ao delito de homicídio.
- B corresponde ao delito de lesão corporal culposa.
- C corresponde ao delito de aborto provocado pela gestante.
- D não gera responsabilidade, haja vista a inexistência de previsão legal para a modalidade culposa de aborto.

QUESTÃO 45

A conduta de constranger alguém com o intuito de obter favorecimento sexual, aproveitando-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício do emprego, corresponde ao delito de

- A estupro.
- B ameaça.
- C assédio sexual.
- D constrangimento ilegal.

QUESTÃO 46

É cediço que a pena não pode passar da pessoa do condenado. Esse entendimento corresponde ao princípio da

- A necessidade concreta da pena.
- B intranscendência.
- C suficiência.
- D proporcionalidade.

QUESTÃO 47

As hipóteses excludentes de imputabilidade penal **não** incluem a

- A menoridade penal.
- B emoção ou paixão.
- C embriaguez fortuita completa.
- D dependência toxicológica comprovada.

QUESTÃO 48

Relativamente à participação, a doutrina majoritária brasileira adotou a teoria da

- A acessoriedade mínima.
- B acessoriedade máxima.
- C hiperacessoriedade.
- D acessoriedade limitada.

QUESTÃO 49

A conduta do agente que oculta ou dissimula natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens provenientes, direta ou indiretamente, do crime de terrorismo corresponde a crime

- A de lavagem de dinheiro.
- B contra o sistema financeiro.
- C contra a administração pública.
- D de responsabilidade fiscal.

QUESTÃO 50

Se, durante os atos de execução do crime, mas sem esgotar todo o processo executivo do delito, o agente desiste, voluntariamente, de nele prosseguir, ocorre

- A arrependimento eficaz.
- B desistência voluntária.
- C arrependimento posterior.
- D tentativa perfeita.

GABARITO

41 C	42 D	43 D	44 D	45 C	46 B	47 B	48 D	49 A	50 B
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

EXAME DE ORDEM 2006.1**QUESTÃO 41**

Considerando a legislação penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a opção **incorreta**.

- A** A sentença penal condenatória com trânsito em julgado torna certa a obrigação de reparar o dano causado pelo crime.
- B** O crime de quadrilha ou bando é um delito de natureza permanente.
- C** O objeto jurídico tutelado pelo delito de corrupção de menores é a proteção da moralidade do menor e visa a coibir a prática de delitos em que existe sua exploração.
- D** A apologia de contravenção penal satisfaz o elemento constitutivo do delito de apologia de crime ou criminoso.

QUESTÃO 42

De acordo com a legislação penal e a jurisprudência pátria, sobretudo do STJ e do STF, assinale a opção correta.

- A** O arrependimento posterior é compatível com o delito de roubo.
- B** O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.
- C** Cultivar plantas destinadas à preparação de entorpecentes é crime, segundo a Lei de Tóxicos.
- D** A condenação por extorsão mediante seqüestro, delito tido como hediondo, deve ser cumprida em regime integralmente fechado, estando vedada a progressão de regime.

QUESTÃO 43

Assinale a opção **incorreta** no que se refere aos crimes contra a honra.

- A** A calúnia é a falsa imputação a alguém de fato definido como crime.
- B** Na injúria, não se imputa fato determinado, mas se formulam juízos de valor, exteriorizando-se qualidades negativas ou defeitos que importem menoscabo, ultraje ou vilipêndio de alguém.
- C** O crime de difamação consiste na imputação de fato que incide na reprovação ético-social, ferindo, portanto, a reputação do indivíduo, pouco importando que o fato imputado seja ou não verdadeiro.
- D** A imunidade processual, conferida aos advogados pela Constituição da República e pelo Código Penal, abrange o delito de calúnia.

QUESTÃO 44

Julgue os itens seguintes, que estão relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei n.º 8.069/1990).

- I A finalidade precípua da Lei n.º 8.069/1990 é conferir proteção integral à criança e ao adolescente, mesmo que autor de ato infracional, buscando, no tempo fixado pela própria norma especial, reeducar e corrigir rumos de comportamento, no interesse maior do adolescente, que, indiscutivelmente, é também o interesse da sociedade como um todo.
- II O ECA prevê que as medidas de proteção impostas podem ser substituídas a qualquer tempo, desde que assim seja necessário.
- III O delito de auxiliar na prática de ato ilícito com o escopo de enviar criança ou adolescente ao exterior sem a observância das formalidades legais (adoção) ou com o fito de obter lucro é crime material.
- IV A medida socioeducativa de internação deve ser aplicada quando presente uma das circunstâncias do rol taxativo previsto no ECA.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 45

Fábio induziu Marília, portadora de desenvolvimento mental retardado — síndrome de Down — a praticar suicídio. Posteriormente, após Marília ter aderido à idéia, Fábio emprestou-lhe um revólver, vindo ela a se matar.

Nessa situação, Fábio responderá por

- A** induzimento a suicídio.
- B** instigação a suicídio.
- C** auxílio a suicídio.
- D** homicídio.

QUESTÃO 46

Considerando os crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A** O agente que, valendo-se das atribuições de um assessor de funcionário público, lhe promete ou oferece vantagem indevida, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício, comete crime de corrupção ativa.
- B** O sujeito que atribui a si mesmo a prática de crime inexistente ou que foi cometido por terceiro pratica denúncia caluniosa.

- Ⓒ Há corrupção ativa no caso de o sujeito, sem oferecer ou prometer qualquer utilidade ao funcionário público, pedir-lhe que “dê um jeitinho” em sua situação perante a Administração Pública.
- Ⓓ No favorecimento pessoal, o sujeito visa tornar seguro o proveito do delito; no real, o objetivo é tornar seguro o autor do crime antecedente.

QUESTÃO 47

Assinale a opção **incorreta** relativamente à execução penal.

- Ⓐ Após a Lei n.º 10.792/2003, a concessão de livramento condicional prescinde de manifestação prévia do conselho penitenciário, estando a critério do juízo de execuções.
- Ⓑ Ofende o direito adquirido a decretação da perda dos dias remidos em decorrência de falta grave.
- Ⓒ Caso um presidiário não possa receber a devida assistência médica nas dependências do estabelecimento prisional, é-lhe garantido, por lei, o direito à assistência de médico particular e à realização dos exames necessários.
- Ⓓ O cometimento de falta grave, como a fuga, enseja o reinício da contagem de período necessário à concessão de nova progressão de regime.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do STJ e do STF.

- Ⓐ O STJ não admite a aplicação do princípio da bagatela no crime de furto, ainda que seja insignificante o valor dos bens furtados.
- Ⓑ O STF nega a possibilidade de se atribuir à pessoa jurídica capacidade para a prática de crime ambiental.
- Ⓒ O uso de arma de brinquedo justifica aumento de pena no caso de roubo.
- Ⓓ O STJ não admite extinção da punibilidade pela prescrição em perspectiva.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta, de acordo com o ordenamento penal brasileiro.

- Ⓐ No peculato, a restituição do valor desviado importa, por si só, o afastamento do *animus rem sibi habendi* porque, para a caracterização desse tipo penal, é necessária a efetiva obtenção da vantagem ilícita.
- Ⓑ A doutrina penal brasileira instrui que o dolo, ainda que eventual, conquanto constitua elemento subjetivo do tipo, deve ser compreendido sob dois aspectos: o cognitivo, que traduz o conhecimento dos elementos objetivos do tipo, e o volitivo, configurado pela vontade de realizar a conduta típica.
- Ⓒ A consumação do crime de estelionato se dá independentemente da efetiva obtenção de vantagem ilícita, em detrimento de outrem, mediante sua indução ou manutenção em erro, utilização de artifício, ardid ou fraude.
- Ⓓ O crime de estupro, se perpetrado em sua forma simples ou com violência presumida, não é considerado crime hediondo.

QUESTÃO 50

Pedro e Paulo, um sem saber da conduta do outro, atiraram em Leonardo, com intenção de matá-lo, o que veio efetivamente a ocorrer. A perícia não conseguiu descobrir qual deles produziu o resultado.

Nessa situação,

- Ⓐ Pedro e Paulo responderão por tentativa de homicídio.
- Ⓑ Pedro e Paulo responderão por homicídio qualificado.
- Ⓒ Pedro e Paulo responderão por homicídio culposo.
- Ⓓ em virtude do princípio *in dubio pro reo*, nem Pedro nem Paulo poderão ser acusados de tentativa de homicídio.

GABARITO

41 D	42 C	43 D	44 C	45 D	46 A	47 B	48 D	49 B	50 A
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------